

Galvêas revela que País quer 11 anos para pagar

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Brasil vai renegociar sua dívida externa dentro das mesmas características de operações já realizadas por outros países, como o México, isto é, pedindo prazo de carência de três anos e de oito anos para o pagamento do principal, conforme revelou ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

Galvêas acentuou que as negociações com a comunidade bancária internacional foram retardadas por causa da revisão do programa de ajustamento apresentado ao Fundo Monetário Internacional, mas que o esquema básico para a renegociação trata de prorrogar a dívida vencida em 83 e 84 e captar recursos novos, suficientes para garantir o fechamento do balanço de pagamentos.

As afirmações do ministro da Fazenda foram motivadas por uma indagação sobre a entrevista do presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que ao retornar dos Estados Unidos comentou ter ouvido de banqueiros a informação de que o Brasil já começou a renegociar sua dívida, pedindo prazo de carência de dois a três anos, e que o prazo global e os juros já estariam sendo negociados.

O ministro da Fazenda respondeu enfatizando que as afirmações do presidente da Fiesp apenas confirmam o que as autoridades brasileiras têm anunciado repetidas vezes, de que continua o processo de renegociação da dívida externa com a comunidade bancária internacional, e que essa renegociação está sendo trabalhada com a nova estrutura de apoio dos principais bancos credores, com a participação ativa do chamado "advisory committee", composto de 14 grandes bancos internacionais.

Embora as negociações tenham sido retardadas por causa do acordo com o FMI, insistiu Galvêas, o esquema básico para as negociações relativas ao que se convencionou chamar de fase II do programa externo brasileiro deverá obedecer as mesmas características de operações realizadas anteriormente, até mesmo de operações que foram também realizadas com outros países, como o México. Depois Galvêas esclareceu que, ao referir-se ao México, enfatizava o

prazo de carência de três anos obtido por aquele país.

O professor Luciano Coutinho, da Unicamp, destacou ontem, porém, que o México conseguiu cinco anos de carência e refinanciamento automático do principal e juros em certos tipos de dívida garantidos pelo setor público. Já a renegociação brasileira, conforme o professor, até agora não toca no refinanciamento de juros, fato que ele considera também necessário para uma negociação que efetivamente dê um pouco de folga ao País.

JUROS

O editorial do jornal norte-americano **Washington Post**, que sugeriu que o FMI e os bancos credores considerem novas opções para reduzir o pagamento de juros do Brasil sobre sua dívida externa, também foi comentado pelo ministro. Galvêas considera que essa é uma "belíssima tese, mas é preciso saber se ela é viável, se está em compasso com a realidade atual, se há algum mecanismo, principalmente da parte dos governos dos grandes países industrializados, para adotar providência nessa direção".

Entende que não adianta ficar debatendo um tema que não venha a ter repercussão: "Eu acho que se deveria fazer alguma coisa séria nesse sentido, e caberia realmente aos líderes dos grandes países industrializados comandar essa operação. Nesse sentido, eu diria que o artigo do **Washington Post** é uma provocação válida".

Embora admitindo eventuais dificuldades de importadores por causa do monopólio de câmbio pelo Banco Central, estabelecido pelo governo no dia 30 de julho, o ministro da Fazenda salientou que isso será logo resolvido. As dificuldades que estão sendo verificadas com relação ao pagamento de importações, disse, decorrem do fato de que a lista de prioridades e seus critérios ainda não foram fixados, sendo objetivo de trabalho técnico por parte da Carteira de Comércio Exterior - Cacex - do Banco do Brasil e do Banco Central. Qualquer problema nessa área é questão de curto tempo, e deverá estar solucionado tão logo seja feita a seleção das prioridades de importação, disse.